



ENTRE A DEPENDÊNCIA E A AUTONOMIA: EXPERIÊNCIAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS JOGOS NACIONAIS PARADESPORTIVOS

BETWEEN DEPENDENCE AND AUTONOMY: EXPERIENCES OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE NATIONAL PARALYMPIC GAMES

Gilson Oliveira Santos. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
gilson9133@gmail.com

Sulemi das Neves Coaxi. Pós-Graduada em Educação em Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Polo Sapeaçu.
sulemicoaxi@yahoo.com.br

Suzana Alves Nogueira Souza. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Professora do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana.
sansouza@uefs.com

RESUMO

Este relato de experiência analisa a participação da delegação de atletismo da Associação Pestalozzi de Sapeaçu – BA nos Jogos Paradesportivos Nacionais do Movimento Pestalozziano, realizado em Aracaju – SE, destacando como o esporte pode mediar autonomia, independência e inclusão. O evento mostrou-se mais que competição, tornando-se espaço de formação humana, social e cultural. Durante cinco dias de convivência, os alunos passaram de um início marcado por receios e inseguranças para atitudes seguras e espontâneas. A vivência em ambiente diferente do doméstico, sem familiares, foi decisiva para o exercício da autogestão, fortalecendo a confiança em si, nos colegas e na equipe técnica. A experiência evidenciou que a autonomia para pessoas com deficiência não é estado fixo,

ABSTRACT

This experience report analyzes the participation of the athletics delegation from the Pestalozzi Association of Sapeaçu – BA in the National Paradesport Games of the Pestalozzian Movement, held in Aracaju – SE, highlighting how sport can mediate autonomy, independence, and inclusion. The event proved to be more than a competition, becoming a space for human, social, and cultural development. Over five days of coexistence, students moved from an initial stage marked by fear and insecurity to more confident and spontaneous attitudes. Living in an environment different from home, without family members, was decisive for the exercise of self-management, strengthening trust in themselves, their peers, and the technical team. The experience showed that autonomy for people with

mas construção contínua, mediada por vivências concretas e suporte pedagógico. Do ponto de vista acadêmico, o estudo reforça a necessidade de ampliar pesquisas sobre práticas inclusivas na Educação Física. Do ponto de vista pedagógico, evidencia que ensinar é criar condições para que os alunos se tornem protagonistas de suas trajetórias, equilibrando apoio e liberdade. Conclui-se que o movimento humano não se limita ao gesto técnico, mas constitui prática social e cultural capaz de promover emancipação e cidadania.

Palavras-chave: educação física adaptada; autonomia; inclusão; deficiência; jogos paradesportivos.

disabilities is not a fixed state but a continuous construction, mediated by concrete experiences and pedagogical support. From an academic perspective, the study reinforces the need to expand research on inclusive practices in Physical Education, especially in paradesport contexts. From a pedagogical perspective, it demonstrates that teaching means creating conditions for students to become protagonists of their own trajectories, balancing support and freedom. It concludes that human movement is not limited to technical gestures but constitutes a social and cultural practice capable of promoting emancipation and citizenship.

Keywords: adapted physical education; autonomy; inclusion; disability; paralympic games.

1 INTRODUÇÃO

A realização dos 2º Jogos Paradesportivos Nacionais do Movimento Pestalozziano, entre os dias 23 e 26 de março de 2026 em Aracaju (SE), representou uma contribuição indispensável para a reafirmação das potencialidades e capacidades de pessoas com deficiência (Intelectual, Múltipla, Síndrome de Down). Mais do que uma competição, o evento utilizou o paradesporto como uma ferramenta vital de transformação individual e social, oferecendo um espaço onde a autonomia pôde ser exercitada a partir da disponibilidade de infraestrutura de suporte e apoio. Ao reunir mais de 700 (setecentos) participantes em modalidades como atletismo, bocha paralímpica, bochão, futsal, natação e tênis de mesa, o movimento demonstrou que a prática esportiva é um dos caminhos mais eficazes para o desenvolvimento da autoestima e para a superação ou minimização de barreiras cognitivas e motoras.

Essa visão de superação de barreiras encontra sustentação jurídica no Art. 2º da Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), que define a deficiência não como uma condição estática do indivíduo, mas como o resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras que impedem a participação social em igualdade de condições. Ao garantir infraestrutura de suporte e apoio, os Jogos Paradesportivos atuam diretamente na premissa da LBI ao mitigar essas barreiras, transformando o ambiente

em um espaço de funcionalidade. Assim, a avaliação da deficiência deixa de ser puramente médica para se tornar biopsicossocial, reconhecendo que, quando as condições socioambientais são favoráveis — como visto em Aracaju —, as potencialidades e o desempenho de atividades das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla ganham o protagonismo que a lei e a sociedade devem assegurar.

No campo conceitual, é necessário compreender que a deficiência não pode ser reduzida a uma lesão ou incapacidade biológica. Como afirma Débora Diniz, “[...] deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (Diniz, 2007, p. 31). Essa perspectiva, conhecida como modelo social da deficiência, desloca o foco da tragédia individual para a opressão coletiva, revelando que as barreiras sociais, culturais e arquitetônicas são os verdadeiros fatores que limitam a participação. Em diálogo com Vygotsky (1997), compreendemos que o desenvolvimento humano é sempre mediado pelo ambiente e pelas interações sociais; assim, a deficiência não é ausência de capacidade, mas uma diferença que exige mediação pedagógica e oportunidades concretas de participação.

O diálogo entre Diniz e Vygotsky revela uma convergência importante: enquanto Diniz denuncia a opressão estrutural que segrega o corpo deficiente, Vygotsky aponta a necessidade de mediação social e pedagógica que possibilite a superação das barreiras impostas. Ambos reforçam que a deficiência deve ser entendida como uma questão de justiça social e de direito à inclusão, e não como uma sentença biológica de fracasso. Nesse sentido, o paradesporto torna-se espaço privilegiado de emancipação, pois articula a crítica social com a pedagogia histórico-cultural, mostrando que a autonomia é construída coletivamente em ambientes inclusivos e desafiadores.

Portanto, a justificativa para este relato de experiência se sustenta em duas dimensões complementares: a social e a científica. Socialmente, o evento reafirma o direito das pessoas com deficiência à inclusão, à visibilidade e à cidadania, rompendo com práticas históricas de marginalização. Essa postura fundamenta-se na filosofia de Pestalozzi (2023), que concebe a educação como um processo de

desenvolvimento integral das potências humanas, sintetizado na tríade "[...] cabeça, coração e mãos". Para Pestalozzi (2023), o aprendizado não deve ser apenas intelectual, mas deve envolver o sentimento e a ação prática.

Ao transpor esse método para o contexto dos Jogos Paradesportivos, o movimento reafirma que a deficiência não anula a capacidade de aprender e de se autodeterminar, desde que o ambiente ofereça o estímulo afetivo (coração) e as condições materiais (mãos) para o exercício da mente (cabeça).

Sob a ótica científica, essa abordagem, fundamentada na integralidade do sujeito, dialoga com o conceito de deficiência estabelecido pelo Art. 2º da Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), que a reconhece como uma condição relacional e dinâmica. Ao deslocar o foco da patologia para a interação com o meio, o relato de experiência permite analisar a Educação Física adaptada como um campo de investigação sobre a plasticidade neurológica e o refinamento da coordenação motora. Dessa forma, o evento consolida-se como um objeto de estudo relevante para compreender como a mediação pedagógica e o estímulo esportivo sistematizado promovem o fortalecimento de vínculos emocionais e a evolução das capacidades biopsicossociais dos participantes.

Diante disso, ao analisar a participação da delegação da Associação Pestalozzi de Sapeaçu-BA, composta por nove atendidos com deficiência, oriundos de famílias humildes e alguns vivendo em situações de vulnerabilidade social, este estudo evidencia como o esporte pode ser catalisador de dignidade e emancipação, mostrando que a autonomia é construída coletivamente em ambientes inclusivos e desafiadores.

2 VIVÊNCIAS NO CONTEXTO PARADESPORTIVO

A edição dos Jogos Paradesportivos Nacionais do Movimento Pestalozziano, realizada em Aracaju (SE) entre os dias 23 e 26 de março de 2026, consolidaram-se como um evento de magnitude nacional ao reunir cerca de 700 (setecentos) participantes. A competição mobilizou 16 (dezesseis) delegações estaduais, que

representaram a força de aproximadamente 180 (cento e oitenta) Associações Pestalozzi de todo o país.

Durante o evento, foram realizadas provas nas modalidades de atletismo, bocha paralímpica, bochão, futsal, natação e tênis de mesa, proporcionando um espaço de alto nível para o desenvolvimento esportivo adaptado. A Delegação da Bahia teve uma participação expressiva, contando com representantes das cidades de Sapeaçu, Camaçari, Pojuca, Remanso e Teixeira de Freitas, o que reafirma o sólido compromisso regional com a inclusão social e a promoção da cidadania por meio do esporte.

A delegação da Pestalozzi de Sapeaçu participou da modalidade de atletismo, disputando provas de 50 (cinquenta), 100 (cem), 200 (duzentos) e 400 (quatrocentos) metros rasos, além do salto em distância e do revezamento. A prova dos 50 (cinquenta) metros foi destinada especialmente aos alunos com Síndrome de Down e àqueles com maiores limitações funcionais, garantindo que todos pudessem competir em um percurso adequado às suas condições. Nas provas de 100 (cem) e 200 (duzentos) metros, os alunos com deficiência intelectual e maior independência funcional exploraram a velocidade, enquanto as provas de 400 (quatrocentos) metros exigiram maior resistência física e controle psicológico dos atletas.

Essa escolha pedagógica respeitou as diferenças individuais e assegurou que a participação fosse verdadeiramente inclusiva, valorizando o potencial e a especificidade de cada competidor. O salto em distância e o revezamento complementaram a experiência, sendo que este último destacou a importância da cooperação e do trabalho em equipe. Tais práticas reforçam que o esporte inclusivo deve priorizar a construção coletiva e a solidariedade em detrimento da competição excludente, promovendo o desenvolvimento social e humano (Silva *et al.*, 2022).

Essa diversidade de provas possibilitou que cada estudante encontrasse um espaço de protagonismo, reforçando o atletismo como instrumento de autonomia. O contato com pistas oficiais e equipamentos modernos representou uma experiência inédita para jovens oriundos de contextos simples, marcados pela escassez de recursos. Esse contraste foi determinante, pois a oferta de infraestrutura adequada atuou como mediadora da motivação e transformou a percepção de competência dos

alunos com deficiência (Gorgatti; Costa, 2020). A mudança para o ambiente organizado dos Jogos na cidade Aracaju/SE despertou receios, mas também encantamento, mostrando que a exposição a novas realidades é fundamental para que a autonomia se construa indo além dos limites do cotidiano habitual (Neira, 2021).

Outro aspecto decisivo foi o período de afastamento dos familiares, pois, para muitos, foi a primeira vez que ficaram longe e sem a supervisão direta de familiares. Essa distância, inicialmente marcada pela insegurança, funcionou como catalisadora da autogestão e da independência, ainda que assistida para alguns, desafiando os alunos a gerirem suas responsabilidades e a buscarem apoio nos colegas e na equipe técnica. Esse processo de maturação socioemocional em contextos esportivos é essencial para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e confiança (Figueiredo, 2021). Durante os cinco dias de convivência, a rotina de treinos e competições revelou uma tensão constante entre dependência e autonomia, que foi gradualmente superada, fortalecendo a confiança e a capacidade de autogestão dos participantes.

Assim, a experiência demonstrou que a Educação Física adaptada, quando inserida em contextos inclusivos e desafiadores, torna-se uma poderosa ferramenta de emancipação e exercício da cidadania. O esporte, nesse cenário, não se limita ao gesto técnico, mas atua como mediador da aprendizagem, da socialização e da emancipação, permitindo que os alunos experimentem novas formas de agir, aprender e conquistar autonomia (Souza Junior, 2022).

3 PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA

A análise das vivências nos Jogos Paradesportivos Nacionais permite ampliar o debate sobre educação e deficiência em uma perspectiva crítica. Historicamente, pessoas com deficiência foram marginalizadas, vistas sob o prisma da incapacidade e da dependência. A escola, muitas vezes, reproduz essa lógica excludente, limitando-se a oferecer espaços segregados ou práticas assistencialistas. No entanto, a experiência relatada mostra que, quando inseridos em ambientes inclusivos e

desafiadores proporcionados em condições acessíveis, os alunos/atletas revelam potencialidades que questionam essas concepções tradicionais.

Autores como Vygotsky (1997) e Paulo Freire (1996) ajudam a compreender que a deficiência não deve ser interpretada como uma incapacidade biológica, mas como uma diferença que exige mediação pedagógica. Para Vygotsky (1997), a deficiência é uma construção social; ele introduz o conceito de "compensação social", argumentando que o desenvolvimento do sujeito não ocorre pelo que lhe falta, mas pelas vias alternativas de aprendizagem que a cultura e a mediação proporcionam. Complementarmente, Paulo Freire (1996) contribui com a ideia de que a educação deve ser um ato de emancipação. Em sua visão, a autonomia não é um atributo individual isolado, mas uma construção social e política que depende de condições materiais, culturais e afetivas para que o sujeito se reconheça como capaz de transformar sua realidade.

Nesse sentido, o período longe dos familiares evidenciou que a independência pode emergir quando os sujeitos são desafiados a assumirem responsabilidades em contextos novos com a devida mediação e condições de acessibilidade. Essa transição reflete a pedagogia da autonomia de Freire, na qual o suporte pedagógico adequado não substitui a ação do aluno, mas cria as condições para que ele aprenda a partir da própria experiência e da convivência coletiva, fortalecendo sua identidade e cidadania.

Essa perspectiva crítica também aponta a necessidade de superar práticas meramente técnicas na Educação Física. O movimento humano não pode ser reduzido ao gesto esportivo ou ao desempenho físico; ele é prática cultural, social e política. O esporte, quando vivenciado em contextos inclusivos, torna-se espaço de emancipação, de construção de cidadania e de resistência às formas de exclusão. A experiência dos alunos/atletas da Pestalozzi de Sapeaçu-BA confirma que a deficiência não é barreira intransponível, mas condição que, quando acolhida e estimulada, pode revelar protagonismo e transformação.

Assim, pensar a educação e a deficiência em perspectiva crítica significa reconhecer que a inclusão não é concessão, mas direito garantido. Significa compreender que a autonomia não é dada, mas construída coletivamente em

processos que envolvem diálogo, mediação e vivência concreta. E significa, sobretudo, assumir que a escola e o esporte têm papel político e ético na luta por uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência nos Jogos evidencia que a autonomia não depende apenas de habilidades individuais, mas de um ambiente que favoreça a participação ativa. O esporte, por sua natureza, exige iniciativa, cooperação e autorregulação, tornando-se um espaço privilegiado para observar e estimular a independência. O contraste entre a origem dos alunos, marcada por condições socioeconômicas humildes e vivência rural, e a estrutura encontrada em Aracaju - SE, com alojamentos organizados e equipamentos esportivos modernos, foi determinante para a evolução observada.

Inicialmente, os estudantes apresentaram receios e inseguranças diante do novo, mas, com o passar dos dias, incorporaram a rotina com naturalidade, revelando que a autonomia se constrói também pela exposição a ambientes desafiadores e pela possibilidade de experimentar outras realidades. O fato de considerarem extraordinárias experiências que, para muitos, seriam simples evidencia como o contexto social e cultural molda a percepção e fortalece o processo de aprendizagem e inclusão.

Outro aspecto decisivo foi o período em que permaneceram longe de seus familiares. Essa distância, inicialmente marcada por insegurança e dependência ou superproteção, acabou funcionando como catalisadora da autonomia. Ao serem desafiados a lidarem com situações cotidianas sem o suporte direto da família, os alunos desenvolveram maior senso de responsabilidade, aprenderam a confiar em si mesmos e a buscar apoio na equipe técnica e nos colegas. Essa vivência de independência temporária mostrou que a autonomia não se constrói apenas no espaço escolar ou esportivo, mas também na experiência de conviver em novos ambientes e assumir responsabilidades pessoais e/ou coletivas.

Essa vivência reforça a Teoria das Inteligências Múltiplas, indicando que cada aluno manifesta potencialidades distintas, pois a inteligência não é um constructo

único, mas um conjunto de capacidades que permitem resolver problemas ou elaborar produtos valorizados em um contexto cultural (Gardner, 1995). A convivência intensa durante os cinco dias de competição também confirma as visões de Wallon (2007) e Le Boulch (1987), que destacam a inseparabilidade entre emoção e movimento.

Para Wallon (2007), o tônus muscular é o mediador entre a vida psíquica e a motora, revelando que a afetividade é o solo onde se desenvolve a inteligência. No mesmo sentido, Le Boulch (1987, p. 31) afirma:

Educar um homem como um ser social é ir além de apenas adaptá-lo a esta sociedade, é torná-lo apto a superar as mudanças sociais que decorrerão necessariamente da evolução das revoluções dos homens entre si. Essa plasticidade de adaptação e essa possibilidade de nova discussão das normas admitidas por este ou aquele tipo de organização social e de cultura implica que a socialização seja um processo ativo consciente da necessidade de engajamento social, e não uma simples conformidade ou simples habituação a essa sociedade.

Por fim, a análise se aproxima da pedagogia de Paulo Freire (1996) ao demonstrar que a autonomia se constrói por meio da ação concreta no mundo, compreendendo que o processo de formação é mútuo e constante. Sob essa ótica, o esporte revela-se como uma "prática de liberdade", capaz de transformar trajetórias e ampliar os horizontes dos estudantes. Essa perspectiva é reforçada por Neira (2021), que defende uma Educação Física comprometida com a justiça social, na qual o movimento é entendido como uma linguagem política e cultural. Assim, a prática esportiva permite ao aluno não apenas exercitar o corpo, mas também realizar uma leitura crítica da própria realidade para transformá-la.

Nesse contexto, o esporte transcende o desenvolvimento motor ao fortalecer vínculos sociais e criar oportunidades reais de emancipação para sujeitos historicamente marginalizados. Ao vivenciarem o contraste entre dependência e autonomia, os alunos da Pestalozzi de Sapeaçu-BA mostraram que o movimento humano é mediador de aprendizagens profundas que impactam a vida cotidiana. Segundo Souza Júnior (2022), esse processo favorece a formação de protagonistas das próprias histórias, capazes de atuarem como agentes de transformação social. Dessa forma, a vivência nos Jogos consolidou o esporte como um instrumento

pedagógico potente para a conquista da cidadania plena e da valorização da diversidade.

5 CONCLUSÃO

Os Jogos Nacionais Paradesportivos mostraram-se muito mais do que uma competição esportiva: foram um espaço de formação humana, social e cultural. A delegação da Associação Pestalozzi de Sapeaçu-BA, composta por um professor/técnico, uma pessoa de apoio e nove alunos/atletas, vivenciou uma experiência que ultrapassou os limites da prática esportiva. Oriundos de famílias humildes, alguns em contextos desestruturados e residentes na zona rural, os estudantes tiveram contato com uma realidade inédita ao chegarem a Aracaju, marcada por hospedagem organizada e equipamentos esportivos modernos. Muitas situações simples para a maioria das pessoas foram encaradas como extraordinárias pelos alunos, revelando o impacto profundo que o ambiente exerce sobre a percepção e a construção da autonomia.

A trajetória vivida durante os cinco dias evidenciou um processo de transformação: no início, marcado por receios e descobertas diante do novo; ao final, por atitudes mais naturais, seguras e espontâneas. Essa mudança confirma que a autonomia não é estado fixo, mas processo gradual, construído pela exposição a ambientes inclusivos e desafiadores, pela mediação pedagógica e pela oportunidade de experimentar outras realidades. O período longe dos familiares foi decisivo: a ausência do suporte cotidiano levou os alunos a organizarem materiais, cumprirem horários, cuidarem da higiene e buscarem apoio na equipe técnica e nos colegas. Essa vivência de independência temporária funcionou como catalisadora da autonomia, mostrando que o afastamento, quando acompanhado de suporte pedagógico adequado, pode ser formativo e emancipador.

Do ponto de vista técnico-acadêmico, o estudo reforça a necessidade de ampliar pesquisas sobre práticas inclusivas na Educação Física, especialmente em contextos paradesportivos, que se mostram férteis para a construção da cidadania. Do ponto de vista pedagógico-institucional, aponta a importância de equilibrar apoio e

liberdade, reconhecendo que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas criar espaços de diálogo, reflexão e vivência concreta. Nessa perspectiva, faz-se necessário implementar a adoção do currículo funcional ecológico, expandindo o escopo de atividade do paradesporto e ampliando o número de atletas e modalidades. A experiência reafirma que a docência é um ato político e ético, comprometido com a transformação social e com a defesa da escola e do esporte como espaços de resistência e emancipação. Nesse sentido, faz-se necessária uma incidência político-pedagógica para implantar as melhores condições de infraestrutura para a prática do paradesportista no município de Sapeaçu – BA.

Assim, conclui-se que o movimento humano não se reduz ao gesto técnico ou ao desempenho esportivo, mas constitui prática social e cultural capaz de transformar dependência em autonomia. Cabe aos educadores assumirem o papel de mediadores e criadores de oportunidades, para que cada aluno, independentemente de sua origem ou condição, possa alcançar o seu melhor desempenho, desde que respeitadas suas especificidades, torne-se protagonista da própria trajetória e agente de transformação em uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Nesse processo de inclusão, todos aprendem, inclusive a equipe técnica, que se torna ainda mais experiente e vislumbra novas possibilidades de implementação de ações a partir dos resultados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 22 maio 2024.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada: por onde começar?** 4 ed. Barueri: Manole, 2020.

FENAPESTALOZZI. Federação Nacional das Associações Pestalozzi. **Inscrições abertas para o 2º Jogos Paradesportivos Nacionais do Movimento Pestalozziano**. 2026. Disponível em: <https://fenapestalozzi.org.br/inscricoes2jogospestalozzi/>. Acesso em: 13 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE BOULCH, Jean. **Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade Física Adaptada**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2020.

NEIRA, M. G. **Educação Física Cultural: inspiração e prática**. Curitiba: Appris, 2021.

PESTALOZZI, Johann Heinrich. **Como Gertrudes ensina seus filhos: um ensaio de uma orientação aos pais para que eles mesmos ensinem seus filhos**. Tradução de José Maria G. de Almeida e Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

SILVA, M. S. *et al.* **Educação Física, Esporte e Lazer: diálogos sobre inclusão e diversidade**. Maceió: EDUFAL, 2022.

SOUZA JÚNIOR, M. **Pedagogia do Esporte e Inclusão: desafios contemporâneos**. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 44, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia: (Obras Completas, tomo cinco)**. Havana: Editorial *Pueblo y Educación*, 1997.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 2007.